



Autos de n. 9715-03.2012.4.01.4100

CLASSE N. 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Autor : Ministério Público Federal

Réus : União e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

### SENTENÇA

Cuida-se de embargos de declaração interpostos pelo **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** contra a sentença de fls. 844/869, alegando, para tanto omissão quanto: a) à necessidade de o segurado apresentar um documento médico que ateste sua incapacidade laborativa; b) à abrangência territorial da sentença e à necessidade de vinculação do domicílio do segurado à Agência da Previdência Social – APS; c) aos benefícios com isenção de carência.

Sustenta, ainda, a ocorrência de contradição quanto à multa diária estabelecida antes da mora do INSS, fazendo incursão sobre o poder-geral de cautela do juiz diante da necessidade de se alterar cinco sistemas corporativos do INSS para cumprir a decisão liminar. (fls. 880/889).

O inconformismo é tempestivo, vez que protocolados os embargos no decêndio legal (fls. 872v. e 880), considerando-se o período de 20 a 27/5/2013 como sendo de suspensão dos prazos processuais em razão de inspeção judicial (fls. 890/891). Portanto, deles conheço.

Assiste parcial razão ao embargante.

### NECESSIDADE DE DOCUMENTO QUE ATESTE A INCAPACIDADE DO SEGURADO PARA O TRABALHO

Não vejo qualquer omissão quanto a este ponto alegado, constando na fundamentação da sentença (2º e 3º parágrafos da fl. 866) a imprescindibilidade de “o requerente de benefício previdenciário dependente de perícia médica apresente toda a documentação correspondente à qualidade de segurado, bem como atestados, exames e laudos médicos, da rede pública ou particular, que apontem a incapacidade temporária ou permanente e total ou parcial de o paciente continuar exercendo sua atividade econômica”.

Entretanto, vejo que faltou explicitar tal questão na parte dispositiva, de modo que assim será feito ao final.



Autos de n. 9715-03.2012.4.01.4100

**ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA SENTENÇA E VINCULAÇÃO DA AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – APS AO DOMICÍLIO DO SEGURADO**

Como bem alegou o embargante, não existe omissão quanto a este ponto, estando explanado na fundamentação (fl. 884), porém, com vista ao esmero cumprimento da decisão liminar e da sentença e para evitar sobrecarga de requerimentos de benefícios de segurados de outros Estados da Federação, explicitarei a questão na parte dispositiva, modificando-a para esse fim.

**BENEFÍCIOS COM ISENÇÃO DE CARÊNCIA**

Não há omissão quanto a isto porque a concessão do benefício dar-se-á depois de decorridos o prazo de 30 (trinta) dias da última juntada de documentos promovida pelo requerente, estando sujeito à perícia médica agendada posteriormente àquele prazo. É o que se extrai do seguinte trecho da parte dispositiva: *"As concessões provisórias e automáticas dos benefícios previdenciários e assistenciais ora tratados não prejudicam o agendamento de perícias médicas. Os requerentes beneficiários e assistidos devem comparecer a todas as convocações administrativas para as (re)avaliações médicas, sob pena de suspensão do benefício, observada ajuda de deslocamento (art. 171 do Decreto n. 3.048/1999) naquelas agências que não têm peritos médicos lotados."* (fl. 867).

**MULTA DIÁRIA PREVISTA ANTES DA MORA DO INSS**

Realmente há contradição, vez que determinado a implantação e pagamento do benefício no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da última juntada de documentos feita pelo requerente.

Com efeito, estará em mora a autarquia previdenciária federal a partir do 46º dia contado da data da última juntada de documentos realizada pelo beneficiário.

**PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ E SISTEMAS CORPORATIVOS DO INSS**

Não apontou o embargante qualquer omissão, contradição ou obscuridade quanto a este ponto, sendo irracional o prazo mínimo de 6 (seis) meses requerido pelo INSS para implementar as determinações de caráter liminar, lembrando que esta ação foi ajuizada para o fim de solucionar a demora na análise e concessão dos benefícios previdenciários no Estado de Rondônia, tendo o próprio órgão previdenciário informado que em alguns



Autos de n. 9715-03.2012.4.01.4100

municípios rondonienses a espera é de até pouco mais de 6 (seis) meses (fl. 864). De nada adiantaria a liminar deferida favoravelmente ao segurado (parte hipossuficiente) se tivesse que aguardar seis meses para ver analisado e deferido o seu benefício, independentemente de perícia médica.

Entim, vejo a questão suscitada com viés procrastinatório.

#### DISPOSITIVO

Pelo exposto, **CONHEÇO** dos embargos, vez que tempestivos e os **PROVEJO** para modificar o dispositivo da sentença que passa a ter, na íntegra, a seguinte redação:

"Ante o exposto, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos da petição inicial. Com efeito, **CONDENO** o INSS a conceder provisoriamente o benefício previdenciário ou de prestação assistencial continuada, que dependam da realização de perícia médica, cuja decisão sobre o requerimento administrativo esteja pendente de realização de perícia médica previdenciária há mais de 30 (trinta) dias da última juntada de documentos promovida pelo requerente. O INSS deve promover o primeiro pagamento do benefício no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da data da última juntada de documentos feita pelo requerente.

O requerente deverá instruir seu pedido administrativo com toda a documentação correspondente à qualidade de segurado, bem como atestados, exames e laudos médicos, da rede pública ou particular, que apontem a incapacidade temporária ou permanente e total ou parcial de o paciente continuar exercendo sua atividade econômica, ou outras documentos técnicos que motivem a realização de perícia médica no INSS.

Ficam excluídos da condenação supra as decisões administrativas tempestivas que indeferirem os pedidos administrativos, inclusive por ausência ou perda da qualidade de segurado ou outro motivo diverso da avaliação médica pericial.

As concessões provisórias e automáticas dos benefícios previdenciários e assistenciais ora tratados não prejudicam o agendamento de perícias médicas. Os requerentes beneficiários e assistidos devem comparecer a todas as convocações administrativas para as (re)avaliações médicas, sob pena de suspensão do benefício, observada ajuda de deslocamento (art. 171 do Decreto n. 3.048/1999) naquelas agências que não têm peritos médicos lotados.



Autos de n. 9715-03.2012.4.01.4100

A teor do art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC e art. 11 da Lei n. 7.347/1985, **FIXO** multa diária, em desfavor do INSS, em prol do segurado ou assistido tutelado por esta decisão, no valor de 1/5 (um quinto) da renda mensal do menor benefício previdenciário ou assistencial, a partir do 46º dia contado da data da última juntada de documentos realizada pelo requerente no processo administrativo, em virtude do descumprimento desta sentença, sem prejuízo de eventual aplicação do art. 14, parágrafo único, do CPC.

**DETERMINO** ao INSS que promova a divulgação do dispositivo desta sentença em suas agências previdenciárias do Estado de Rondônia, sob o qual limite territorial terá força executiva *erga omnes* (art. 16 da Lei n. 7.347/1985), mediante a afixação de cartazes, inclusive a ciência dos requerentes nos processos administrativos pendentes de perícia médica, bem como no portal virtual da Autarquia previdenciária, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), a teor do art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC e art. 11 da Lei n. 7.347/1985.

**O cumprimento desta sentença e a sua tutela de urgência/evidência** estão adstrito exclusivamente às agências previdenciárias do Estado de Rondônia, cujos beneficiários requerentes sejam domiciliados neste Estado, independentemente do município de domicílio estar ou não sob a circunscrição da agência onde foi veiculado o pedido administrativo, devendo o beneficiário requerente comprovar documentalmente essa condição.

**JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos de: a) nomeação e posse dos últimos dois aprovados no concurso público para peritos médicos previdenciários, regidos pelo Edital n. 1/2011; b) a contratação em regime emergencial e temporário de peritos médicos previdenciários em número suficiente para que todas as agências do INSS do Estado de Rondônia contenham ao menos dois servidores deste tipo; e c) aprovação de lei ou outra espécie normativa de criação de cargos da carreira de peritos médicos previdenciários para lotação em todas as agências do INSS do Estado de Rondônia.

**REVEJO** e **DEFIRO** o pedido de antecipação dos efeitos da tutela definitiva, nos termos do art. 273 do CPC, e **DETERMINO** ao INSS que, para os pedidos administrativos protocolizados após a publicação desta sentença, **conceda** o benefício previdenciário ou de prestação assistencial continuada, que dependam da realização de perícia médica, cuja decisão sobre o requerimento administrativo dependa de realização de perícia médica previdenciária há mais de 30 (trinta) dias da última juntada de documentos promovida pelo requerente. O INSS deve promover o primeiro pagamento do benefício no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da última juntada de documentos feita pelo requerente.



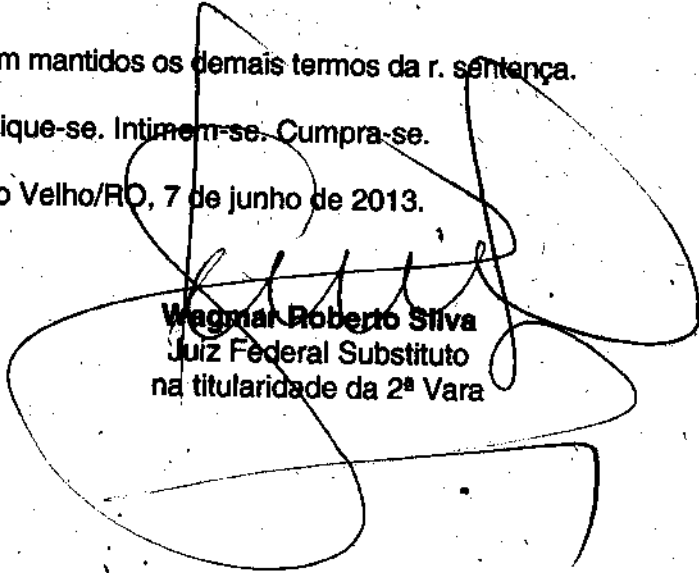
Autos de n. 9715-03.2012.4.01.4100

Quanto aos pedidos administrativos pendentes antes da publicação desta sentença, excluídos os casos judicializados, **DETERMINO** ao INSS que proceda à análise dos pedidos e decida, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência do representante judicial do INSS do conteúdo desta decisão. Ultrapassado o prazo concedido, sem decisão administrativa, **DETERMINO** ao INSS que implante provisoriamente o benefício postulado, no prazo de 15 (quinze) dias daquela última data, sob pena de multa diária, no valor de 1/5 (um quinto) da renda mensal do menor benefício previdenciário ou assistencial se findo esse prazo (15 dias), nos termos do art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC e art. 11 da Lei n. 7.347/1985, sem prejuízo de eventual aplicação do art. 14, parágrafo único, do CPC."

Ficam mantidos os demais termos da r. sentença.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Porto Velho/RO, 7 de junho de 2013.

  
Wagner Roberto Silva  
Juiz Federal Substituto  
na titularidade da 2ª Vara